

POLÍTICA AFIRMATIVA INTERSECCIONAL E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE NA CIÊNCIA BRASILEIRA: uma análise do Programa Atlânticas Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência

Intersectional Affirmative Action and the Promotion of Diversity in Brazilian Science: An Analysis of the Atlânticas Beatriz Nascimento Program for Women in Science

Acción Afirmativa Interseccional y Promoción de la Diversidad en la Ciencia Brasileña: Un Análisis del Programa Atlânticas Beatriz Nascimento de Mujeres en la Ciencia

Grupo temático 09 - Agenda, formulação e implementação de políticas públicas

Tanielle Cristina dos Anjos Abreu, Universidade de São Paulo

Marcelo Pagliosa Carvalho, Universidade Federal do Maranhão

Cláudia Souza Passador, Universidade de São Paulo

João Luiz Passador, Universidade de São Paulo

RESUMO

Este estudo objetiva analisar o Programa Atlânticas Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência, iniciativa federal voltada à promoção da equidade racial e de gênero no sistema científico brasileiro. Metodologicamente, mobilizamos o ciclo da política pública como lente analítica para compreender como desigualdades estruturais são enquadradas como problema público, traduzidas em instrumentos de política e operacionalizadas administrativamente. Trata-se de pesquisa qualitativa baseada na análise de três conjuntos de fontes de dados: documentos institucionais, notícias oficiais e postagens em redes sociais dos órgãos envolvidos. A análise de conteúdo temática foi orientada por categorias dedutivas relacionadas ao ciclo da política pública e ao referencial teórico e por códigos emergentes identificados no material empírico. Os resultados indicam que o Programa opera em três níveis inter-relacionados: institucional, incorporando a interseccionalidade como critério de elegibilidade; político, na apresentação enquanto resposta estatal às desigualdades na ciência; e simbólico, ao mobilizar narrativas públicas de democratização da produção científica. O estudo demonstra que a internacionalização científica pode funcionar como instrumento de ação afirmativa, ao ampliar o acesso de mulheres racializadas a redes acadêmicas globais. Evidencia ainda que a institucionalização da interseccionalidade no desenho de políticas públicas implica complexificação administrativa e demanda capacidades estatais específicas de coordenação, monitoramento e implementação.

Palavras-chave: Diversidade na Ciência; Ação afirmativa; Interseccionalidade. Ciclo da Política Pública; Internacionalização.

ABSTRACT

This study aims to analyze the *Programa Atlânticas Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência*, a federal initiative aimed at promoting racial and gender equity in the Brazilian scientific system. Methodologically, the public policy cycle is mobilized as an analytical lens to understand how structural inequalities are framed as a public problem, translated into policy instruments, and operationalized administratively. The study adopts a qualitative approach based on the analysis of three sets of data sources: institutional documents, official news, and social media posts from the governmental bodies involved. Thematic content analysis was guided by deductive categories related to the public policy cycle and the theoretical framework, as well as by emergent codes identified in the empirical material. The results indicate that the Program operates at three interrelated levels: institutional, by incorporating intersectionality as an eligibility criterion; political, by presenting the policy as a state response to inequalities in science; and symbolic, by mobilizing public narratives about the democratization of scientific production. The study shows that scientific internationalization can function as an affirmative action instrument

by expanding access for racialized women to global academic networks. It also highlights that the institutionalization of intersectionality in public policy design entails significant administrative complexity and requires specific state capacities for coordination, monitoring, and implementation.

Keywords: Diversity in Science; Affirmative Action; Intersectionality; Public Policy Cycle; Internationalization.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar el *Programa Atlânticas Beatriz Nascimento de Mujeres en la Ciencia*, una iniciativa federal orientada a promover la equidad racial y de género en el sistema científico brasileño. Metodológicamente, se moviliza el ciclo de las políticas públicas como lente analítica para comprender cómo las desigualdades estructurales son enmarcadas como problema público, traducidas en instrumentos de política y operacionalizadas administrativamente. Se trata de una investigación cualitativa basada en el análisis de tres conjuntos de fuentes de datos: documentos institucionales, noticias oficiales y publicaciones en redes sociales de los organismos gubernamentales involucrados. El análisis de contenido temático fue guiado por categorías deductivas relacionadas con el ciclo de las políticas públicas y el marco teórico, así como por códigos emergentes identificados en el material empírico. Los resultados indican que el programa opera en tres niveles interrelacionados: institucional, al incorporar la interseccionalidad como criterio de elegibilidad; político, al presentarse como respuesta estatal a las desigualdades en la ciencia; y simbólico, al movilizar narrativas públicas sobre la democratización de la producción científica. El estudio demuestra que la internacionalización científica puede funcionar como instrumento de acción afirmativa al ampliar el acceso de mujeres racializadas a redes académicas globales. Asimismo, evidencia que la institucionalización de la interseccionalidad en el diseño de políticas públicas implica una mayor complejidad administrativa y demanda capacidades estatales específicas de coordinación, monitoreo e implementación.

Palabras clave: Diversidad en la ciencia; Acción afirmativa; Interseccionalidad; Ciclo de las políticas públicas; Internacionalización.

1. Introdução:

Desigualdades de gênero e raça estruturam historicamente o acesso à ciência e à carreira acadêmica no Brasil, incidindo com maior intensidade sobre mulheres negras, quilombolas, indígenas e outros grupos sub-representados. Longe de ser neutro, o campo científico constitui uma arena institucional atravessada por disputas por capital simbólico e mecanismos de consagração que definem quais trajetórias são legitimadas (Bourdieu, 1983; 2004). O racismo estrutural integra essas hierarquias, moldando oportunidades, critérios de reconhecimento e padrões de exclusão nas instituições (Almeida, 2019). Dados recentes revelam essas assimetrias: 90,1% das pessoas cientistas no Brasil são brancas, enquanto pretos, pardos ou indígenas (PPI) somam 7,4% e amarelos 2,5%. Do ponto de vista de gênero, 67,1% são homens e 32,9% mulheres; na intersecção de raça, etnia e gênero, apenas 2,5% são cientistas pretas, pardas ou indígenas (GEMAA, 2023).

As ações afirmativas constituem-se como instrumentos estatais voltados à promoção da igualdade substantiva, uma vez que buscam enfrentar desigualdades estruturais que limitam o acesso de determinados grupos sociais (Daflon; Feres Júnior; Campos, 2013). Nesse contexto, a incorporação de abordagens interseccionais nas políticas públicas tem se consolidado como inovação relevante, ao reconhecer que desigualdades se articulam na produção de assimetrias sociais (Crenshaw, 1989).

O objeto deste estudo é o Programa Atlânticas Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência, lançado em 2023 (Brasil, 2023a), que constitui política federal articulada no contexto de reestruturação das ações afirmativas na administração pública, incluindo a instituição do Programa Federal de Ações Afirmativas (Decreto nº 11.785/2023). Trata-se, portanto, de iniciativa inserida em agenda governamental mais ampla de promoção da equidade e orientada pelos princípios da transversalidade, interseccionalidade e intersectorialidade nas políticas públicas (Brasil, 2023b).

Beatriz Nascimento, a homenageada, em reflexão crítica sobre as formas de representação da experiência negra, afirmou que “a história da raça negra ainda está por fazer, dentro de uma história do Brasil ainda a ser feita” (Nascimento, 2007, p. 97). Sua trajetória intelectual e política, marcada por deslocamentos e pela busca de “raízes e rotas correlatas”, demonstra a centralidade da memória diaspórica e da circulação histórica na formação das identidades negras (Ratts, 2006). Nesse horizonte interpretativo, a promoção da circulação internacional de mulheres negras na ciência, por meio de políticas públicas específicas, compreende a continuidade de um projeto político e epistêmico que articula mobilidade, memória e produção de conhecimento. Essa circulação deve ser entendida como reinscrição contemporânea desse horizonte atlântico, conectando internacionalização científica, reconhecimento histórico e protagonismo negro na circulação global de saberes. Vale pontuar que sem mecanismos compensatórios, a internacionalização tende a concentrar oportunidades e a ampliar desigualdades de acesso a recursos e a redes acadêmicas (Morosini, 2006; Gururaj et al., 2021).

Nesse sentido, este artigo busca responder como o Programa Atlânticas Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência foi formulado, desenhado e implementado enquanto política afirmativa interseccional voltada à equidade no campo científico. O objetivo geral consiste em analisar sua formulação, desenho institucional e implementação, mobilizando o ciclo da política pública como lente da análise de conteúdo temática (Souza, 2006; Secchi, 2010; Bardin, 2011). Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e natureza documental, baseada na análise de documentos institucionais, notícias oficiais e postagens em redes sociais produzidas pelos órgãos responsáveis pelo Programa.

2. Referencial Teórico

2.1 Ações afirmativas, resposta estatal e diversidade na ciência

A literatura científica brasileira sobre políticas públicas tem destacado que ações afirmativas constituem respostas estatais a desigualdades estruturais persistentes, especialmente nos campos da educação superior e da ciência. Diferentemente de políticas ancoradas exclusivamente na igualdade formal, essas iniciativas partem do reconhecimento de que grupos sociais distintos enfrentam condições desiguais de acesso a oportunidades, demandando intervenções públicas diferenciadas e orientadas à equidade (Daflon; Feres Júnior; Campos, 2013; Feres Júnior et al., 2018).

Além da dimensão distributiva, ações afirmativas produzem efeitos institucionais e simbólicos relevantes, ao redefinir critérios de elegibilidade, reconhecimento e pertencimento no interior da ação estatal. Quando determinados grupos são explicitados como públicos prioritários, o Estado não apenas redistribui oportunidades, mas também reconfigura categorias institucionais por meio das quais os problemas públicos são reconhecidos e tratados (Bacchi; Eveline, 2010; Rosemberg; Andrade, 2008).

Do ponto de vista da Administração Pública, ações afirmativas envolvem decisões normativas e institucionais que expressam concepções de justiça, mérito e responsabilidade estatal, produzindo efeitos materiais e simbólicos ao definir critérios de elegibilidade, reconhecimento e pertencimento no interior do Estado (Rosemberg; Andrade, 2008; Bacchi; Eveline, 2010; Gururaj et al., 2020). Nesse sentido, políticas universalistas podem produzir efeitos limitados quando desconsideram marcadores sociais como raça, gênero e origem social, uma vez que a “neutralidade” institucional tende a operar sobre estruturas historicamente excludentes, contribuindo para a reprodução das assimetrias existentes em espaços estratégicos de formação e produção de conhecimento (Feres Júnior et al., 2018).

Vale mencionar que evidências empíricas indicam que políticas afirmativas no ensino superior não se associam, de maneira sistemática, à deterioração do desempenho acadêmico ou à queda da qualidade institucional. No caso brasileiro, Daflon et al. (2013) demonstram que a ampliação do acesso por meio de ações afirmativas não compromete indicadores acadêmicos, contestando argumentos baseados em concepções restritivas de mérito. Internacionalmente, análises conduzidas por Bowen e Bok (1998) em universidades altamente seletivas nos Estados Unidos indicam que a consideração de “raça” nos processos de admissão não levou à redução dos padrões acadêmicos, reforçando a ideia de que diversidade e excelência não são dimensões antagônicas.

Ao mesmo tempo, estudos apontam que a efetividade das ações afirmativas depende de processos de institucionalização, legitimidade normativa e capacidade estatal de implementação, incluindo políticas de permanência e suporte institucional, sobretudo quando se trata de públicos com trajetórias educacionais marcadas por desigualdades cumulativas. Assim, além do desenho formal, a sustentabilidade dessas políticas exige recursos, arranjos organizacionais e mecanismos administrativos capazes de sustentar inclusão com permanência e conclusão (Heringer, 2015).

No caso da pós-graduação, estudos apontam que ela permanece como um dos segmentos mais elitizados do sistema educacional brasileiro, inclusive do ponto de vista racial, apesar da ampliação do acesso à graduação nas últimas décadas (Feres Júnior et al., 2018). Ações afirmativas específicas na pós-graduação tornam-se relevantes por incidirem sobre um nível avançado de formação e sobre um espaço de alto prestígio. Venturini e Feres Júnior (2020) demonstram que a adoção de ações afirmativas na pós-graduação brasileira não se associou à deterioração da qualidade acadêmica, mas à ampliação do acesso a espaços historicamente restritos, ainda que sob arranjos institucionais diversos (reserva de vagas, bônus e critérios combinados), refletindo disputas normativas e institucionais em torno de mérito, equidade e inclusão (Feres Júnior et al., 2018; Venturini; Feres Júnior, 2020).

Esse movimento de expansão das políticas afirmativas alcançou também o plano normativo federal, com a atualização da Lei de Cotas pela Lei nº 14.723/2023, que incluiu a pós-graduação *stricto sensu* no escopo das políticas de inclusão, contemplando, entre outros grupos, pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, deslocando a ênfase do ingresso na graduação para trajetórias formativas avançadas, reconhecendo desafios associados ao acesso, permanência e conclusão na pós-graduação e reforçando a centralidade de políticas afirmativas no interior do sistema científico nacional (Brasil, 2023c).

Neste artigo, as ações afirmativas são compreendidas, por conseguinte, não como mecanismos compensatórios pontuais, mas como políticas públicas estruturantes orientadas pela equidade, cuja legitimidade e efetividade dependem do reconhecimento institucional de desigualdades históricas e de traduzir isso em critérios normativos e administrativos concretos. Seu alcance e seus efeitos não se esgotam na definição formal de beneficiários, mas se articulam ao desenho institucional adotado, às capacidades estatais mobilizadas e às escolhas realizadas ao longo do processo de implementação.

A atuação dessas políticas em campos elitizados e altamente seletivos, como a pós-graduação e a internacionalização científica, tensiona concepções tradicionais de mérito e universalismo, deslocando o debate da igualdade formal para a construção ativa de condições de acesso e permanência substantivamente mais equitativas (Daflon; Feres Júnior; Campos, 2013; Venturini; Feres Júnior, 2020).

Portanto, ações afirmativas se configuram como escolhas estatais que têm o poder de redefinir critérios de pertencimento e reconhecimento no interior do sistema científico, tornando visíveis desigualdades historicamente naturalizadas e instituindo novos parâmetros de justiça distributiva no campo educacional.

2.2 Raça, gênero e interseccionalidade no campo científico brasileiro

O campo científico não constitui espaço neutro na sociedade, mas sim uma arena institucional atravessada por dinâmicas históricas de exclusão que refletem padrões mais amplos de desigualdade social e poder e que moldam padrões de acesso, reconhecimento e distribuição de recursos (Bourdieu 1983; Harding 1998; 2015; Scott, 1995). Bourdieu (1983; 2004) argumenta que o campo científico é estruturado por disputas por capital simbólico, dominação cultural e por mecanismos de consagração que definem quais trajetórias e saberes são reconhecidos como legítimos. Os estudos de Harding (1998; 2015) corroboram que alegações de neutralidade científica tendem a ocultar posições sociais situadas, evidenciando que a produção do conhecimento está inserida em contextos históricos e políticos. Em complemento, as discussões de Scott (1995) destacam que as instituições participam ativamente da reprodução e reorganização das relações de poder que estruturam a sociedade.

ARTIGO

A literatura feminista aponta que a categoria “gênero” deve ser compreendida como construção social, historicamente situada, capaz de organizar hierarquias e produzir desigualdades por meio de normas, valores e práticas institucionais (Scott, 1995; Kergoat, 2009; Saffioti, 2015). Abordagens sobre o racismo estrutural revelam que a desigualdade racial não opera como desvio pontual, mas como lógica constitutiva das instituições, repercutindo nas oportunidades educacionais e científicas e na própria definição do que é reconhecido como mérito, excelência e legitimidade acadêmica (Almeida, 2019). Estudos sobre as desigualdades estruturais no Brasil têm demonstrado que raça, gênero e classe operam de forma articulada na produção de hierarquias sociais, configurando sistemas de dominação que demandam abordagens analíticas capazes de captar tais interações no interior das políticas públicas (Crenshaw, 1989; Collins, 2019; Akotirene, 2019; Carvalho; Abreu, 2021).

Levantamentos recentes reforçam que essas hierarquias se expressam tanto na composição do corpo acadêmico quanto na distribuição de posições e recursos de maior prestígio no sistema científico. De acordo com o GEMAA (2023), 90,1% das pessoas que são cientistas no Brasil são brancas, enquanto pretos, pardos ou indígenas somam 7,4% e amarelos 2,5%. Ainda, homens representam 67,1% e mulheres 32,9%. Na combinação de raça e gênero, mulheres pretas, pardas ou indígenas correspondem a apenas 2,5% do total. Esses padrões sugerem que a desigualdade no campo científico envolve tanto barreiras de entrada quanto, sobretudo, mecanismos de seleção e progressão que se intensificam ao longo da carreira – dinâmica particularmente relevante para compreender políticas afirmativas voltadas à pós-graduação e à internacionalização científica.

2.2.1. Raça, gênero e exclusão na ciência

A raça, embora frequentemente associada a características físicas ou biológicas, constitui fundamentalmente uma construção social, produzida e consolidada em processos históricos de dominação e hierarquização. No Brasil, tais construções estiveram intimamente ligadas ao colonialismo e à escravidão, cujas ideologias de inferiorização racial sustentaram formas duradouras de exclusão social e institucional (April; Syed, 2015).

Almeida (2019) argumenta que o racismo brasileiro não se limita a práticas individuais de discriminação, mas configura fenômeno estrutural, inscrito nas instituições, nas práticas organizacionais e nas dinâmicas econômicas e políticas. Nesse caso também, o sistema científico não opera à margem dessas hierarquias, mas integra o conjunto de estruturas que reproduzem padrões históricos de desigualdade. Como corroboram April e Syed (2015), reconhecer o racismo como questão institucional, e não meramente interpessoal, é condição para compreender como critérios aparentemente neutros podem produzir efeitos racialmente desiguais.

A exclusão histórica da população negra do acesso pleno à educação formal produziu efeitos cumulativos que se expressam na composição racial da pós-graduação e da carreira científica (GEMAA, 2023). Dados do Fundacentro (Brasil, 2024) reforçam que mulheres negras representam percentual inferior a 3% do corpo docente de programas de pós-graduação *stricto sensu*, além de apresentarem participação significativamente reduzida nas bolsas de produtividade. Tais padrões revelam que o chamado “efeito tesoura” assume contornos racializados, combinando barreiras de entrada, mecanismos seletivos de progressão e critérios de reconhecimento que favorecem trajetórias socialmente privilegiadas.

Nesse contexto, a sub-representação racial na ciência brasileira não pode ser interpretada como simples reflexo de escolhas individuais ou de supostos déficits de qualificação. Os dados evidenciam a operação do racismo estrutural em sua dimensão institucionalizada, isto é, como padrão regular de organização das oportunidades e dos mecanismos de reconhecimento. Tais desigualdades decorrem de processos históricos de exclusão e hierarquização racial que atravessam as instituições e moldam a própria definição de mérito, excelência e legitimidade acadêmica (Almeida, 2019; Munanga, 2004). Para combater o racismo estrutural, é crucial reconhecer e dismantelar as normas e práticas institucionais que mantêm essa desigualdade. Isso envolve uma reflexão crítica sobre as estruturas existentes e a implementação de mudanças significativas nas políticas e práticas para promover a igualdade (Almeida, 2019; April; Syed, 2015).

A categoria gênero, compreendida como construção social e princípio organizador das hierarquias institucionais, também estrutura desigualdades nos diferentes campos de trabalho ao definir papéis, expectativas e critérios de reconhecimento (Scott, 1995; Kergoat, 2009; Saffioti, 2015). A divisão sexual do trabalho, marcada

pelos princípios de separação e hierarquização (Kergoat, 2009; Hirata; Kergoat, 2007), sustenta a atribuição diferenciada de valor social e simbólico às atividades associadas ao masculino, produzindo efeitos nas trajetórias acadêmicas. No mundo do trabalho científico, essas dinâmicas manifestam-se no chamado “efeito tesoura”, caracterizado pela redução progressiva da participação feminina em posições de maior prestígio, liderança e acesso a recursos, mesmo quando sua presença se amplia nas etapas iniciais da formação. A penalização associada à maternidade e às responsabilidades de cuidado reforça esse afunilamento, especialmente em sistemas avaliativos baseados em métricas contínuas de produtividade (Brasil, 2024).

Contudo, as barreiras de progressão não recaem de maneira homogênea sobre todas as mulheres. Abordagens interseccionais sobre o “teto de vidro” demonstram que gênero e raça interagem na produção de desigualdades hierárquicas, impondo constrangimentos específicos às mulheres racializadas (Bloch et al., 2021). Esse padrão revela que as desigualdades de gênero só podem ser plenamente compreendidas quando articuladas aos marcadores raciais e sociais, exigindo abordagem interseccional na formulação de políticas (Bloch et al., 2021).

2.2.2. Interseccionalidade como princípio de desenho de políticas científicas

Discussões contemporâneas sobre o tema têm demonstrado que raça, gênero e classe não operam como eixos independentes de desigualdade, mas como sistemas imbricados de poder que se reforçam mutuamente na produção de hierarquias sociais (Crenshaw, 1989; Collins, 2019; Akotirene, 2019).

A noção de interseccionalidade, inicialmente formulada por Crenshaw (1989), explicita que sujeitos posicionados na intersecção de múltiplos marcadores sociais experimentam formas específicas de subordinação que não podem ser compreendidas a partir de análises isoladas de gênero, classe ou raça. Com o conceito de matriz de dominação, Collins (2019) amplia essa compreensão ao ilustrar como estruturas institucionais reproduzem desigualdades por meio de arranjos políticos, econômicos e epistêmicos que articulam simultaneamente opressões raciais, de classe, de gênero.

Transposta para o campo das políticas públicas, a interseccionalidade deixa de constituir apenas ferramenta analítica e passa a configurar um princípio orientador do desenho institucional de políticas públicas, na medida em que exige o reconhecimento das desigualdades estruturais como fenômenos interdependentes que moldam critérios de elegibilidade, acesso a recursos e definição de prioridades institucionais.

Essa abordagem implica reconhecer que categorias como “mulheres” ou “negros” não operam como blocos homogêneos e que políticas afirmativas formuladas a partir de marcadores isolados podem produzir efeitos inesperados entre grupos. Rosenberg e Andrade (2008) indicam que abordagens centradas exclusivamente em gênero podem beneficiar predominantemente mulheres já posicionadas em trajetórias educacionais mais favorecidas, confirmando que a ausência de articulação entre raça e gênero pode resultar na reprodução, ou mesmo no aprofundamento, de desigualdades intragrupo.

A internacionalização de mulheres na pós-graduação pode funcionar como estratégia de enfrentamento às dinâmicas patriarcais que estruturam o campo científico (Nunes; Casaca, 2015). Para mulheres negras, quilombolas, indígenas e ciganas, desigualdades de gênero articulam-se a marcadores raciais e territoriais, aprofundando barreiras acadêmicas. Sua sub-representação decorre de estruturas históricas que moldam os próprios critérios de mérito e excelência (Moura; Brito, 2025).

O desenho de políticas científicas orientadas à equidade demanda a incorporação explícita de critérios interseccionais na definição de público-alvo, nos instrumentos mobilizados e nos mecanismos de implementação. Como demonstra o “Balanço Crítico da Equidade, Diversidade e Inclusão na Ciência Brasileira” (INCT Caleidoscópio, 2025), as assimetrias no sistema científico não constituem falhas isoladas, mas mecanismos estruturais associados a padrões de avaliação e critérios que tendem a privilegiar trajetórias de grupos socialmente dominantes. A adoção de políticas afirmativas interseccionais representa, portanto, uma inflexão normativa na atuação estatal, ao reconhecer que a neutralidade formal pode perpetuar exclusões historicamente sedimentadas.

3. Procedimento Metodológico

Este estudo adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, adequada à investigação de fenômenos complexos e à compreensão de processos políticos em seus contextos específicos (Godoy, 1995; Gil, 2008). Foi adotada ainda a pesquisa documental, que neste estudo compreende o procedimento sistemático de análise de registros institucionais produzidos no âmbito da ação estatal (Cellard, 2008). A análise documental permite examinar normas, editais, relatórios e comunicações oficiais como expressões formais da construção do problema público, do desenho institucional e da operacionalização da política. No campo das políticas públicas, documentos oficiais constituem fontes privilegiadas para compreender processos decisórios, instrumentos adotados e dinâmicas de implementação (Frey, 2000).

O corpus empírico foi constituído por três conjuntos de fontes de dados: 1) Documentos institucionais públicos, incluindo o edital do Programa Atlânticas Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência (DOC1), os Relatórios do Ministério da Igualdade Racial de 2025 (DOC2) e de 2023-2025 (DOC3) e o Boletim de Políticas Sociais sobre Igualdade Racial – BPS 2025 (DOC4); 2) notícias oficiais publicadas no portal Gov.br¹ pelos ministérios envolvidos e pelo CNPq; e, por fim, 3) postagens² sobre o Programa Atlânticas nas redes sociais oficiais dos ministérios envolvidos e do CNPq. A origem dos dados é de fonte secundária e o critério de seleção dessas fontes baseou-se em sua natureza pública, institucional e normativa, bem como o fato de constituírem registros formais do problema público, da inclusão na agenda, do desenho da política e de sua operacionalização/implementação.

O ciclo da política pública foi mobilizado como lente analítica. O modelo organiza o processo decisório em momentos como identificação do problema, entrada na agenda, formulação, implementação e avaliação. Trata-se de instrumento que permite decompor analiticamente processos complexos, sem necessariamente pressupor linearidade rígida ou sequência determinística entre as etapas (Souza, 2006; Secchi, 2010).

As políticas públicas são atravessadas por disputas, interesses e coalizões de atores que tensionam continuamente seus rumos (Frey, 2000). A definição de um problema público não decorre automaticamente de uma situação social indesejada, mas de processos de construção política e disputa por reconhecimento na agenda governamental (Rua, 2009). O ciclo permite examinar como determinadas desigualdades são enquadradas como problema legítimo de intervenção estatal (Frey, 2000).

De acordo com Secchi (2010), a formulação e o desenho institucional traduzem escolhas normativas sobre instrumentos, critérios e público-alvo, incorporando disputas distributivas e simbólicas. A etapa de implementação corresponde à conversão dessas decisões em práticas administrativas concretas, cujo desempenho depende de

¹ Seguem os links das cinco notícias oficiais do Gov.br incluídas na análise:

(1): <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/inscricoes-abertas-para-a-chamada-atlanticas-programa-beatriz-nascimento-de-mulheres-na-ciencia>;
(2): <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/suplementada-chamada-atlanticas-contempla-25-mais-pesquisadoras-negras-indigenas-quilombolas-e-ciganas-com-bolsas-no-exterior>;
(3): <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/noticias/1o-encontro-atlanticas-fortalece-rede-de-pesquisadoras-negras-quilombolas-indigenas-e-ciganas>;
(4): <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/noticias/programa-atlanticas-preve-inicio-das-bolsas-de-estudo-no-exterior-para-mulheres-negras-quilombolas-indigenas-e-ciganas>;
(5): <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2026/01/mcti-promove-diversidade-de-genero-na-ciencia-com-incentivos-a-mulheres-pesquisadoras>.

² Seguem também link das postagens em mídias oficiais sobre o Programa incluídas na análise:

(1): https://x.com/igualracial_gov/status/1681326663932542976;
(2): <https://www.instagram.com/p/Cz87gSRL4ef/> ; (3): <https://www.instagram.com/p/Cz67zTSxOF5/> ;
(4): https://x.com/igualracial_gov/status/1681326654205960194 e
(5): <https://www.instagram.com/p/Cu9eqwTuq3i/?igsh=MWR6YmN5ZXo4c2t5OA==>.

capacidades institucionais, arranjos organizacionais e instrumentos de gestão mobilizados. Portanto, decisões tomadas na formulação não se traduzem automaticamente em resultados.

Diferentes tipos de políticas produzem dinâmicas políticas distintas; políticas redistributivas tendem a gerar maior conflito por alterarem a distribuição de recursos e oportunidades. No caso das ações afirmativas, tais disputas envolvem tensões em torno de mérito, justiça e equidade (Höfling, 2001). A delimitação do público-alvo, em especial quando orientada por critérios interseccionais, constitui escolha política que redefine pertencimento e acesso a recursos estatais, aspecto central para compreender o desenho e a implementação do Programa analisado (Paredes; Bichir, 2022).

No que tange à técnica de análise de dados, foi empregada a análise de conteúdo temática, conforme sistematizada por Bardin (2011). O procedimento envolveu três etapas: a) pré-análise, com organização do material e leitura flutuante para identificação de eixos centrais; b) exploração do material: categorias analíticas dedutivas (C1-C10) foram definidas a partir do referencial teórico e do modelo do ciclo da política pública e orientaram a codificação temática das unidades de registro nos dados coletados. Adicionalmente, códigos indutivos emergentes na exploração (E1-E4) foram incorporados, refinando a análise – o **Quadro 1** apresenta esse sistema; e, por fim, c) tratamento e interpretação dos resultados, articulando os achados empíricos às discussões teóricas do tema. A análise não contempla a etapa de avaliação, limitando-se a discutir aspectos de monitoramento e ajustes que constem nas fontes pesquisadas, uma vez que o Programa ainda está em andamento.

Quadro 1 - Sistema de codificação da análise

Código	Tipo	Definição Operacional
C1_Problema Público /Agenda	D	Enquadramento do problema público, diagnóstico, justificativas, institucionalização do problema e entrada na agenda.
C2 Formulação / Desenho Institucional	D	Definição de objetivos, diretrizes; público-alvo, instrumentos, critérios e arranjos institucionais.
C3_Implementação	D	Procedimentos operacionais, execução, capacidades estatais, monitoramento e ajustes.
C4 Ação afirmativa/ resposta estatal/compromisso	D	Expressões de ação afirmativa; compromisso e resposta estatal voltada à equidade.
C5_Gênero	D	Referências a desigualdades de gênero e suas implicações institucionais.
C6_Raça	D	Referências a desigualdades raciais e racismo estrutural.
C7_Interseccionalidade	D	Articulação entre gênero, raça e outros marcadores sociais no desenho da política.
C8_Tensões Neutralidade/ mérito x Equidade	D	Tensões entre critérios de mérito e critérios de equidade; tensões políticas e resistências;
C9_Internacionalização como capital científico e redes globais	D	Internacionalização científica como vetor de capital acadêmico e redes de cooperação.
C10 Interministerial/Transversal	D	Arranjos institucionais e articulação entre ministérios; transversalidade
E1_Comprovação de Identidade/Pertencimento	I	Exigências documentais para validação de pertencimento étnico-racial.
E2_Divulgacao Científica	I	Exigências ou diretrizes relacionadas à divulgação e popularização científica.
E3_Capacidade_Coordenacao	I	Elementos que indicam coordenação interorganizacional e capacidade estatal.
E4_Organização participativa	I	Incorporação de demandas sociais; escuta ativa; gestão participativa/bottom-up;

Legenda: C – códigos; D – dedutivos; I – indutivos; E – emergentes.

Fonte: Dados da pesquisa.

4. Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Problema-público e entrada na agenda pública

A análise da construção do Programa Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência evidencia que a desigualdade racial e de gênero na ciência é enquadrada como o problema público que demanda intervenção estatal. O relatório MIR, DOC2 (2025, p. 11), destaca o compromisso com o combate às desigualdades ao afirmar que o governo atua “[...] reafirmando o compromisso do Governo Federal com o enfrentamento ao racismo e a construção de um país verdadeiramente justo e democrático”. Esse trecho revela a presença simultânea dos códigos C1, C4 e C6, que em síntese é o reconhecimento do racismo como problema estrutural que demanda uma resposta estatal.

De acordo com a discussão teórica, a definição de um problema público constitui processo político no qual determinadas situações sociais passam a ser reconhecidas como objeto legítimo de intervenção estatal (Rua, 2009; Frey, 2000). No caso do Programa analisado, o racismo estrutural é explicitamente incorporado ao discurso institucional como elemento estruturante da agenda governamental.

Esse processo de reconhecimento da agenda racial também é evidenciado em outras análises. Segundo BPS 2025, “a institucionalização da pauta antirracista na agenda pública é uma demanda histórica [...]” (DOC4, p. 1). A presença dos códigos C1, C4 e a emergência de E4 nesse trecho indica que a agenda racial não surge exclusivamente de decisões governamentais, mas de processos históricos de mobilização social e disputas políticas. Esse processo se alinha às discussões de Souza (2006), nas quais a autora afirma que a definição de problemas públicos envolve disputas simbólicas e institucionais que determinam quais questões integrarão a agenda. No caso, a pauta racial é apresentada como reivindicação social histórica, o que reforça a interpretação de que políticas afirmativas constituem respostas a desigualdades persistentes (Daflon; Feres Júnior; Campos, 2013).

A construção da agenda também aparece nas notícias institucionais analisadas. Em notícia publicada pelo CNPq, o lançamento da iniciativa é apresentado como parte de uma estratégia governamental voltada à promoção da diversidade na ciência e à ampliação do acesso, destacando que o programa oferece bolsas “com objetivo de ampliar a participação de mulheres negras, ciganas, quilombolas e indígenas na ciência”. Na notícia do 1º Encontro Atlânticas, o MIR afirma que a iniciativa representa “um passo significativo para a promoção da diversidade na ciência”. No conjunto, as matérias apontam que a comunicação institucional apresenta o Programa como resposta estatal a desigualdades específicas no campo científico, reforçando os códigos C4, C5, C6 e C7.

Adicionalmente, as postagens em redes sociais reforçam a dimensão simbólica dessa agenda. Nas publicações analisadas, o Programa Atlânticas é frequentemente apresentado como iniciativa voltada à democratização da ciência e ao reconhecimento das trajetórias acadêmicas de mulheres racializadas. Essas postagens contribuem para a construção de narrativas públicas que associam diversidade e inovação, justiça social e produção científica, acionando também os códigos C4, C5, C6 e C7.

A análise das diferentes fontes de dados indica que o Programa Atlânticas não emerge de forma isolada, mas se insere em um processo mais amplo de institucionalização da pauta racial no interior da ação estatal. Esse processo envolve a articulação entre mobilização social, reconhecimento institucional e construção de instrumentos de política pública, o que reafirma as discussões de Souza (2006) e Frey (2000). No caso analisado, o enquadramento da desigualdade racial e de gênero na ciência como problema público constituiu-se enquanto etapa fundamental para a formulação de política afirmativa interseccional voltada à promoção da equidade no sistema científico.

4.2 Formulação e Desenho Institucional do Programa

A formulação do Programa Atlânticas revela um desenho institucional inovador, orientado por princípios de ação afirmativa e interseccionalidade. Diferentemente de políticas universalistas de fomento científico, o edital estabelece critérios explícitos de elegibilidade baseados na combinação de marcadores sociais como gênero, raça

e pertencimento étnico. O edital define como objeto da chamada a seleção de “mulheres negras (pretas e pardas), quilombolas, indígenas e ciganas, para desenvolver parte de suas pesquisas doutorais ou projeto de pós-doutorado no exterior” (DOC1, p. 1). Esse trecho remete aos códigos C2, C4, C5, C6 e C7, indicando que a política incorpora múltiplos marcadores sociais combinados no desenho do instrumento público. Esse tipo de definição de público-alvo ilustra o argumento de que políticas afirmativas redefinem critérios institucionais de pertencimento e elegibilidade no interior da ação estatal, podendo deslocar a lógica universalista para mecanismos orientados à equidade (Daflon; Feres Júnior; Campos, 2013; Bacchi; Eveline, 2010).

Os dados revelam também que a missão institucional do MIR é “promover a reparação e a igualdade étnica e racial e enfrentar o racismo, por meio de políticas públicas [...] afirmativas” (DOC3, 2023, p. 5), o que remete aos códigos C2, C4, C6 e C7, indicando que políticas voltadas à equidade racial são concebidas como instrumentos estruturantes. Esse reconhecimento do racismo como questão institucional é condição fundamental para reverter gradualmente as desigualdades produzidas pela neutralidade dos critérios tradicionais (Harding 1998; April e Syed, 2015; Almeida, 2019), que promovem a exclusão histórica da população negra conforme a composição racial da pós-graduação e da carreira científica demonstram (GEMAA, 2023; Brasil, 2024).

Além disso, quando o DOC1 estabelece que as bolsas se destinam ao desenvolvimento dessas pesquisas “no exterior”, indicando que a política mobiliza a internacionalização científica como instrumento de promoção da equidade, o que evidencia o código C9, associado à internacionalização como mecanismo de expansão do capital científico. Nesse ponto, o Programa articula políticas de ação afirmativa com estratégias de internacionalização da ciência, buscando ampliar a presença de pesquisadoras racializadas em redes globais de produção do conhecimento, isto é, em espaços historicamente marcados por desigualdades de acesso, intervindo em um espaço altamente seletivo e marcado por disputas por capital simbólico (Bourdieu, 1983; 2004).

A análise revela ainda que o Programa é estruturado por meio de arranjo interministerial que envolve diferentes órgãos do governo federal. Os recursos destinados à política são provenientes do CNPq, do Ministério da Igualdade Racial, do Ministério das Mulheres e do Ministério dos Povos Indígenas (DOC1, p. 4). A presença simultânea desses atores evidencia o código C10 e emerge o código E3, indicando que a política depende de articulação institucional entre diferentes áreas governamentais. Esse arranjo mostra a mobilização de capacidades estatais e mecanismos de coordenação necessários para operacionalizar políticas redistributivas complexas (Secchi, 2010; Höfling, 2001).

Vale notar que o desenho institucional do Programa criou mecanismos formais de validação do pertencimento étnico-racial das candidatas. Há diferentes procedimentos de comprovação identitária, incluindo memorial descritivo, declarações de lideranças comunitárias, vídeos, fotos e, complementarmente, análise por comitê específico de confirmação de autodeclaração (DOC1, p. 6-7), o que faz emergir o código E1. Essas identidades configuram-se enquanto critérios administrativos de elegibilidade; assim, a interseccionalidade deixa de operar apenas como princípio normativo e passa a ser incorporada como dispositivo do desenho da política pública, encarando as assimetrias no sistema científico, que, de acordo com o INCT Caleidoscópio (2025), não constituem falhas isoladas, mas mecanismos estruturais associados a padrões de avaliação e critérios que tendem a privilegiar trajetórias de grupos socialmente dominantes. Essa configuração dialoga com a literatura sobre interseccionalidade, segundo a qual desigualdades sociais não operam de forma isolada, mas a partir da interação entre diferentes sistemas de poder, como raça e gênero (Crenshaw, 1989; Collins, 2019; Akotirene, 2019).

Em síntese, a análise do desenho institucional do Programa Atlânticas indica que a política combina três dimensões centrais: ação afirmativa interseccional, internacionalização científica e governança interministerial. Ao incorporar marcadores de gênero, raça e etnia como critérios formais de elegibilidade, o Programa institucionaliza a interseccionalidade no desenho da política. Essa configuração revela que a promoção da equidade no sistema científico brasileiro envolve não apenas a ampliação do acesso a instrumentos de financiamento, mas também a construção de arranjos institucionais capazes de reconhecer e operacionalizar desigualdades estruturais no campo científico.

4.3 Implementação: capacidades estatais e monitoramento

ARTIGO

A implementação do Programa Atlânticas corrobora que a tradução de uma política afirmativa interseccional em práticas administrativas concretas depende de capacidades estatais, arranjos institucionais e instrumentos de gestão específicos. Segundo Secchi (2010), a implementação corresponde ao momento em que decisões formuladas no plano normativo passam a ser convertidas em procedimentos, regras e rotinas administrativas. No caso analisado, os dados mostram que a operacionalização do Programa não se limita à concessão de bolsas, mas envolve uma estrutura procedimental densa, marcada por mecanismos de elegibilidade, validação, coordenação interinstitucional e acompanhamento da execução.

Essa densidade administrativa aparece, por exemplo, nos critérios de submissão e elegibilidade: “os critérios de elegibilidade indicados abaixo são obrigatórios e a ausência de qualquer um deles resultará no indeferimento da proposta” (DOC1, p. 2), além de exigir currículo cadastrado na Plataforma Lattes, anuência de coordenação e orientadores, vínculo com instituição cadastrada no Diretório de Instituições do CNPq e comprovação de conhecimento do idioma utilizado na instituição de destino (p. 2-3). Esses trechos remetem aos códigos C2, C3, C8, C9 e E3, revelando que, embora a política seja afirmativa no recorte de público-alvo, sua implementação permanece ancorada em procedimentos formais e critérios acadêmicos típicos do sistema científico. Esse achado converge com a literatura segundo a qual políticas redistributivas e afirmativas não eliminam disputas em torno de mérito, justiça e equidade, mas as reconfiguram institucionalmente (Höfling, 2001; Venturini; Feres Júnior, 2020).

Concomitantemente, o Programa incorpora mecanismos específicos de validação identitária, que tornam a implementação particularmente complexa. Para mulheres indígenas, quilombolas e ciganas são exigidos memorial descritivo, documentos comprobatórios e declarações assinadas por lideranças ou associações; para mulheres negras (pretas e pardas), além da autodeclaração, o edital exige vídeo de apresentação da candidatura, bem como submissão ao Comitê de confirmação da autodeclaração (DOC1, p. 6-7). Esses dispositivos ativam os códigos C3, C7 e C8 e fazem emergir o código E1, em que a política converte a interseccionalidade de identidades em procedimento administrativo. Em termos práticos, a identidade passa a funcionar como critério institucional de elegibilidade e validação. Tal configuração reforça a discussão de Paredes e Bichir (2022) de que abordagens interseccionais no desenho de políticas públicas redefinem critérios de pertencimento e acesso a recursos estatais, ao mesmo tempo em que impõe novos desafios administrativos à implementação.

A implementação também depende de capacidades estatais de coordenação e articulação interorganizacional. O Programa mobiliza CNPq, Ministério da Igualdade Racial, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas, além de envolver instituições de ensino e orientadores no Brasil e no exterior. Prevê ainda comitê de confirmação de autodeclaração e exige interação entre diferentes atores institucionais para a tramitação e execução das propostas (DOC1, p. 7-10). Essa configuração remete aos códigos C10 e E3, indicando que a efetividade da política não decorre apenas do lançamento do edital, mas da capacidade de coordenar atores, rotinas e procedimentos em múltiplas escalas institucionais, convergindo com Heringer (2015), cuja análise demonstra que a efetividade da política vai para além do desenho, demandando capacidades administrativas e arranjos institucionais capazes de sustentar a conclusão com sucesso.

Os dados também mostram que a implementação do Programa incorpora mecanismos formais de monitoramento, responsabilização e difusão pública dos resultados. O edital estabelece que “as ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular dos projetos” (DOC1, p. 13) e que o CNPq poderá “acompanhar, avaliar a execução do projeto/plano de trabalho e fiscalizar *in loco*” (DOC1, p. 14). Além disso, as publicações científicas decorrentes da chamada “deverão citar, obrigatoriamente, o apoio do CNPq” (DOC1, p. 15) e ser publicadas, preferencialmente, em acesso público (DOC1). Esses dispositivos remetem aos códigos C3, E2 e E3, provando que a implementação do programa envolve tanto a concessão de bolsas, quanto mecanismos de acompanhamento da execução, prestação de contas e divulgação científica. Dessa forma, a política articula apoio financeiro, controle administrativo e exigência de retorno público do conhecimento produzido, aproximando-se da ideia de que políticas públicas científicas também operam na interface entre financiamento, *accountability* e difusão social da ciência.

Por fim, a análise das notícias e postagens institucionais indica que a implementação do Programa permaneceu aberta a ajustes no curso de sua execução. Uma das matérias analisadas informa que o número de pesquisadoras contempladas foi ampliado em cerca de 25% “em função de uma suplementação de R\$ 2 milhões aportada pelo

CNPq e pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR)” e atribui essa decisão à “alta demanda qualificada recebida”. Esse dado é importante porque mostra que, embora a política ainda não tenha completado um ciclo formal de avaliação, houve ajustes na implementação, com ampliação orçamentária e do número de bolsas concedidas.

A implementação do Programa Atlânticas explicita que políticas afirmativas interseccionais voltadas à ciência exigem mais do que vontade política e definição de público-alvo. Elas demandam capacidades estatais de coordenação, instrumentos administrativos de validação, mecanismos de monitoramento e possibilidade de ajuste no curso da execução. Nesse sentido, os dados mostram que o Programa combina expansão de oportunidades, complexificação procedimental e tensão contínua entre equidade afirmativa e critérios tradicionais de mérito acadêmico em sua operacionalização.

A análise das diferentes fontes de dados aponta que o Programa Atlânticas não opera apenas como um instrumento administrativo de financiamento científico. A triangulação revela que a política se manifesta em três níveis inter-relacionados: institucional, político e simbólico. Enquanto os documentos formais evidenciam o desenho institucional e os mecanismos administrativos da política, as notícias institucionais atuam na sua legitimação pública, e as postagens em redes sociais contribuem para a construção simbólica de narrativas sobre diversidade e democratização da ciência. A **Figura 1** apresenta a síntese do modelo analítico emergente da análise.

Figura 1 – Análise do Programa Atlânticas em 3 níveis, segundo os dados



Fonte: Dados da pesquisa.

Considerações finais

A articulação entre internacionalização científica e ações afirmativas configura uma agenda emergente e ainda pouco explorada no campo das políticas públicas de ciência, sobretudo porque tensiona critérios tradicionais de excelência e prestígio acadêmico. O Programa Beatriz Nascimento demonstra que políticas afirmativas e interseccionais voltadas à internacionalização, quando direcionadas a um dos espaços mais seletivos da produção científica, podem ampliar o alcance da equidade e contribuir para a democratização da ciência.

A análise das três fontes de dados revela que o Programa opera simultaneamente em três níveis: primeiramente, no nível institucional, a política é estruturada por meio de um desenho administrativo detalhado que incorpora a

interseccionalidade como critério de elegibilidade e estabelece mecanismos formais de implementação e monitoramento; no nível político, a política é apresentada como uma resposta estatal às desigualdades raciais e de gênero no sistema científico, sendo legitimada publicamente por meio de notícias institucionais que destacam seu caráter histórico e seu potencial transformador; no nível simbólico, a comunicação digital da política associa o programa a narrativas mais amplas de democratização da ciência, valorização da diversidade e reconhecimento das trajetórias de mulheres negras na produção do conhecimento. Em conjunto, essas três dimensões demonstram que o programa não opera apenas como instrumento administrativo de financiamento científico, mas também como mecanismo de reconfiguração simbólica e institucional das políticas de equidade na ciência brasileira.

Os resultados sugerem que a interseccionalidade, frequentemente mobilizada na literatura como ferramenta analítica, também pode ser institucionalizada no próprio desenho de políticas públicas. No Programa analisado, os marcadores de gênero, raça e pertencimento não aparecem apenas como princípios normativos, mas como critérios administrativos de elegibilidade, o que revela a incorporação operacional da interseccionalidade no desenho institucional. Tal processo permite aproximar os debates sobre equidade, ações afirmativas, interseccionalidade e políticas de ciência, tecnologia e inovação, contribuindo para o diálogo entre essas agendas analíticas.

Os achados indicam também que a internacionalização científica pode operar como instrumento de ação afirmativa no sistema científico. A destinação de bolsas de mobilidade internacional para mulheres racializadas mobiliza a circulação acadêmica global como mecanismo de ampliação do capital científico e de redução de desigualdades estruturais na produção de conhecimento.

A análise revela ainda que a incorporação da interseccionalidade no desenho da política implica uma complexificação administrativa significativa. A exigência de procedimentos diferenciados de validação identitária, documentação e avaliação demonstram que políticas afirmativas interseccionais demandam capacidades estatais específicas de coordenação, monitoramento e implementação.

Além disso, a implementação do Programa expôs uma demanda reprimida, o que indica potencial de continuidade e expansão. Isso reforça que políticas afirmativas interseccionais, voltadas a espaços historicamente elitizados como a internacionalização científica, tornam visíveis tanto o seu potencial quanto os limites estruturais de um sistema ainda organizado por filtros meritocráticos e barreiras institucionais.

Para finalizar, vale deixar a reflexão de Beatriz Nascimento sobre o deslocamento histórico e corporal como elemento constitutivo da experiência atlântica, na qual identidades e trajetórias se produzem no movimento entre territórios, memórias e redes de resistência. Nessa perspectiva, a identidade diaspórica negra vinculada ao Atlântico é compreendida como categoria histórico-política: o Atlântico não aparece apenas como rota geográfica de deslocamento forçado, mas como espaço de produção histórica, cultural e epistêmica da experiência negra. Tal interpretação insere a trajetória da população negra no Brasil em um circuito transatlântico de memória e resistência (Ratts, 2006). Desse modo, foi muito oportuno a Chamada do Programa fazer esta homenagem.

Referências

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.
- Almeida, S. L. de. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen.
- April, K., & Syed, J. (2015). Race and ethnicity in the workplace. In J. Syed & M. Özbilgin (Eds.), *Managing diversity and inclusion: An international perspective* (pp. 134–180). Sage.
- Bacchi, C. L., & Eveline, J. (2010). *Mainstreaming politics: Gendering practices and feminist theory*. University of Adelaide Press.
- Bloch, K. R., Taylor, T., Church, J., & Buck, A. R. (2021). An intersectional approach to the glass ceiling: Gender, race and share of middle and senior management in U.S. workplaces. *Sex Roles*, 84(5–6), 312–325.
- Bourdieu, P. (1983). O campo científico. In R. Ortiz (Org.), *Pierre Bourdieu: Sociologia*. Ática.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. UNESP.

- Bowen, W. G., & Bok, D. (1998). *The shape of the river: Long-term consequences of considering race in college and university admissions*. Princeton University Press.
- Brasil. (2023a, November 22). *Inscrições abertas para a Chamada Atlânticas - Programa Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência*. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
<https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/inscricoes-abertas-para-a-chamada-atlanticas-programa-beatriz-nascimento-de-mulheres-na-ciencia>
- Brasil. (2023b, November 28). *Governo federal lança programa de ações afirmativas, com ações de reparação histórica*. Secretaria-Geral da Presidência da República.
<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/novembro/governo-federal-lanca-programa-de-aco-es-afirmativas-com-aco-es-de-reparacao-historica>
- Brasil. (2023c, November 14). *Governo federal inclui pós-graduação na Lei de Cotas*. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
<https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-inclui-pos-graduacao-na-lei-de-cotas>
- Brasil. (2024, April 29). *Pesquisadoras discutem igualdade de gênero e raça na ciência*. Fundacentro.
<https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/comunicacao/noticias/noticias/2024/abril/pesquisadoras-discutem-igualdade-de-genero-e-raca-na-ciencia>
- Carvalho, M. P., & Abreu, T. C. A. (2021). Políticas públicas e interseccionalidades: Uma análise sobre o mercado de trabalho e as assimetrias de raça, classe e gênero. *Revista Humanidades & Inovação*, 8(58).
- Cellard, A. (2008). A análise documental. In J. Poupart et al. (Eds.), *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 295-316). Vozes.
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento* (2nd ed.). Boitempo.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139–167.
- Daflon, V. T., Feres Júnior, J., & Campos, L. A. (2013). Ações afirmativas no ensino superior brasileiro: Um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, 43(148), 302–327.
- Feres Júnior, J., Campos, L. A., Daflon, V. T., & Venturini, A. C. (2018). *Ação afirmativa: Conceito, história e debates*. EDUERJ.
- Frey, K. (2000). Políticas públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, (21), 211-259.
- GEMAA – Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. (2023). *Desigualdades raciais na ciência brasileira*. IESP-UERJ. <https://gemma.iesp.uerj.br/infografico/desigualdades-raciais-na-ciencia-brasileira/>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: Tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20-29.
- Gururaj, S., Somers, P., Fry, J. J., Watson, D., Cicero, F., Morosini, M., & Zamora, J. (2021). Affirmative action policy: Inclusion, exclusion, and the global public good. *Policy Futures in Education*, 19(1), 63-83.
- Harding, S. (1998). *Is science multicultural? Postcolonialisms, feminisms, and epistemologies*. Indiana University Press.
- Harding, S. (2015). *Objectivity and diversity: Another logic of scientific research*. University of Chicago Press.
- Heringer, R. (2014). Um balanço de 10 anos de políticas de ação afirmativa no Brasil. *TOMO*.
<https://doi.org/10.21669/tomo.v0i0.3184>
- Höfling, E. M. (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, 21(55), 30-41.
- INCT Caleidoscópio. (2025). *Balanço crítico da equidade, diversidade e inclusão na ciência brasileira: Desafios e horizontes para uma agenda feminista e antirracista*. Boletim INCT Caleidoscópio, 2(4).
<https://observatoriocaleidoscopio.unicamp.br/edicao/boletim-004/balanco-critico-da-equidade-diversidade-e-inclusao-na-ciencia-brasileira-desafios-e-horizontes-para-uma-agenda-feminista-e-antirracista/>



ARTIGO

- Kergoat, D. (2009). A divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré, & D. Senotier (Eds.), *Dicionário crítico do feminismo*. UNESP.
- Morosini, M. C. (2006). Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: Conceitos e práticas. *Educar em Revista*, (28), 107-124.
- Moura, F. C., & Brito, T. T. R. (2025). Ser mulher negra na docência universitária nas ciências da natureza: Narrativas de existência e re(existência). *ODEERE: Revista Internacional de Relações Étnicas*, 10(1), 178-198.
- Munanga, K. (2004). *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. EDUFF.
- Nascimento, B. (2007). “É tempo de falarmos de nós...”. In A. Ratts (Ed.), *Eu sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Imprensa Oficial.
- Nunes, A. R., & Casaca, S. F. (2015). As mulheres perante o desafio de uma carreira internacional. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (77), 9-29.
- <http://journals.openedition.org/spp/1821>
- Paredes, M. B., & Bichir, R. M. (2022). Interseccionalidade e políticas públicas: Articulações possíveis. *Boletim de Políticas Públicas*, (20), 19-24.
- Ratts, A. (2006). *Eu sou atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza.
- Rosemberg, F., & Andrade, L. F. (2008). Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: A tensão entre raça/etnia e gênero. *Cadernos Pagu*, (31), 419-437.
- Rua, M. das G. (2009). *Políticas públicas*. Departamento de Ciências da Administração/UFSC; CAPES/UAB.
- Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero, patriarcado, violência* (2nd ed.). Expressão Popular.
- Scott, J. W. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Secchi, L. (2010). *Políticas públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. Cengage Learning.
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: Uma revisão da literatura. *Sociologias*, (16), 20-45.
- Venturini, A. C., & Feres Júnior, J. (2020). Política de ação afirmativa na pós-graduação: O caso das universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, 50(177).